Notícias do dia 09 de abril

TRIBUNAL DE CONTAS
DO ESTADO DE GOIÁS

Passo para trás, diz presidente de Comissão da OAB sobre extinção do TCM

Ainda pendente de assinaturas para tramitar na Assembleia Legislativa (**Alego**), uma proposta de Emenda à Constituição (PEC) prevê a extinção do Tribunal de Contas dos Municípios (TCM-GO). O texto, que está na procuradoria da Casa, preocupa juristas. "Não é vedado [constitucionalmente], mas pode ser um passo para trás do ponto de vista do controle de gastos dos municípios", observa Francisco Taveira , advogado e presidente da Comissão de Direito Administrativo da OAB-GO .

O jurista explica que com a extinção, as atribuições retornariam ao **Tribunal de Contas do Estado** (**TCE**), que não possui a expertise para o trabalho, mesmo absorvendo os servidores do TCM. "Apesar da PEC não encontrar resistência constitucional, é preciso examinar a conveniência da medida, visto que há risco de diminuir a eficiência e não gerar, possivelmente, uma economia que compense [servidores serão remanejados]."

Além do mais, Francisco lembra que o TCM-GO é um tribunal reconhecido nacionalmente por suas qualidades. "A Câmara Municipal julga as contas do prefeito, mas o parecer prévio é fundamental." Como já dito, caso extinto, essa atribuição seguirá para o **TCE**, que deverá se adequar, gerando atrasos, prevê o presidente da Comissão de Direito Administrativo.

Presidente da Assembleia

Favorável a extinção do tribunal, o presidente da **Alego**, Lissauer Vieira (PSB), lembra que o projeto é do deputado estadual Henrique Arantes (MDB). Segundo ele, o parlamentar pretende apresentar e, neste momento, coleta as assinaturas necessárias para o texto.

Sobre a importância do TCM, Lissauer lembra que, além de **Goiás**, só três Estados possuem esse tipo de tribunal. "O TCM está em extinção no País. Se gerasse atraso [não ter], seria para todos."

Acerca da economia, ele lembra que os servidores não perdem a carreira e serão mantidos. Contudo, ele avalia como significativa a economia nos custos de manutenção estrutural. Vale lembrar, em 2018 também houve a sugestão, por parte do ex-deputado estadual [hoje federal] José Nelto (Podemos), de extinguir o tribunal.

TCM-GO

Por meio de nota, o TCM-GO afirmou que a democracia precisa de órgãos de controle eficientes, sendo um dos tribunais mais eficazes do Brasil. "Tanto é que, em reconhecimento, seu atual presidente foi escolhido, em 2019, para presidir o **Conselho Nacional de Presidentes dos Tribunais de Contas** CNPTC), reconduzido ao cargo de presidente em eleição no mês de fevereiro de 2021."

possui função constitucional (segundo o artigo 31 da CF/1988) de auxiliar o Poder Legislativo no controle externo da fiscalização da administração municipal. Reiterou, ainda, que "é responsável pela fiscalização dos 246 municípios goianos (Prefeituras e Câmaras Municipais); Empresas Públicas; Fundações; Autarquias; Fundos; Institutos de Previdência; Fundos Municipais de Saúde; Fundos Municipais de Assistência Social; Fundos Municipais dos Direitos da Criança e do Adolescente; Fundos Municipais de Habitação de Interesse Social; Fundos Municipais de Educação e Fundos de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica, o Tribunal fiscaliza um total de 1.900 entidades, com base na transparência e nos princípios constitucionais da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência".

Além disso, segundo a nota, o tribunal realiza trabalho de orientação e capacitação dos gestores municipais, contribuindo para a melhoria da gestão pública, o fomento do controle social e o sistemático combate à corrupção. "O Tribunal tem cumprido com muito zelo e competência o seu papel de fiscalizador e orientador.

Sua produção e resultados estão disponíveis no site e nos relatórios, e podem ser conferidos a qualquer momento."

"Quanto à PEC, o TCM-GO vai fazer tudo que for possível para os deputados verem e compreenderem a importância que tem o tribunal, esperando que refluam dessa ideia. O deputado Henrique Arantes é uma pessoa de diálogo e o Tribunal vai procurá-lo para expor a ele as consequências negativas para a democracia, da extinção de um órgão de controle."

Site: https://www.emaisgoias.com.br/passo-para-tras-diz-presidente-de-comissao-da-oab-sobre-extincao-do-tcm/

Articulação para enfrentamento da pandemia na educação em Goiás é referência para proposta nacional

A bem-sucedida experiência do Gabinete de Articulação para Enfrentamento da Pandemia na Educação Pública (Gaepe) goiano, do qual o Ministério Público de **Goiás** (MP-GO) é um dos integrantes, está sendo uma das referências para que a iniciativa seja estendida em nível nacional, com a instalação do Gaepe Brasil no dia 26 de abril. A novidade foi informada pelo coordenador do Comitê Técnico da Educação do Instituto Rui Barbosa (CTE-IRB), Cezar Miola, durante oficina promovida pelo Gaepe-GO na manhã desta sexta-feira (9/4).

O encontro foi aberto pelo **conselheiro** do Tribunal de Contas dos Municípios (TCM-GO) Fabrício Motta, um dos coordenadores do Gaepe-GO, e pelo presidente do Conselho Nacional dos Presidentes dos Tribunais de Contas, **conselheiro** Joaquim de Castro, que ressaltaram a importância do diálogo cooperativo para que todos possam contribuir efetivamente para uma educação de qualidade.

A experiência do Gaepe-GO foi apresentada pela promotora de Justiça Cristiane Marques, coordenadora da Área da Infância, Juventude e Educação do MP-GO, e pela procuradora-geral de Contas junto ao **Tribunal de Contas do Estado de Goiás** (**TCE**-GO), Maísa de Castro. Para Cristiane Marques, é impressionante a produtividade de um ambiente plural, horizontal e neutro, contribuindo para uma participação de todos, com liberdade de discussão e construção conjunta por meio de uma multiplicidade de olhares.

Maísa de Castro, por sua vez, apontou 12 ações viabilizadas no âmbito do Gaepe-GO. Algumas delas foram a produção de material informativo (folders e cartilhas) para explicar as propostas do gabinete, recomendações para utilização de parcela do auxílio financeiro federal na educação, pesquisas das dificuldades encontradas pelas prefeituras, planilha orientativa para protocolos de volta às aulas presenciais, eventos e capacitações para gestores, e nota técnica propondo a priorização dos profissionais da educação na vacinação contra a Covid-19.

Desafios

Esses gabinetes, atualmente instalados nos Estados de **Goiás**, Rondônia e Mato Grosso do Sul, são instâncias de diálogo que articulam os atores relacionados à política pública de educação para garantir a tomada de decisões eficazes e ágeis no enfrentamento à pandemia.

O encontro foi encerrado com as projeções para a instituição do Gaepe em âmbito nacional. O professor Saulo Coelho, da Universidade Federal de **Goiás** (UFG), explicou que o Programa de Pós-Graduação em Direito e Políticas Públicas da instituição dará apoio técnico e operacional para a iniciativa, estudando e avaliando as boas práticas e resultados na área da educação que possam ser replicadas em todo o Brasil e, no futuro próximo, até em outras importantes áreas.

Alessandra Gotti, do instituto Articule, e Fabrício Motta destacaram os desafios para a implantação do Gaepe Brasil, uma vez que terão de ser enfrentados problemas estruturais como as desigualdades regionais, sociais e educacionais, que geram questões como a falta de conectividade para a maioria dos lares brasileiros e uma imensa evasão escolar.

Para a promotora Cristiane Marques, a instalação do Gaepe Nacional confirma a percepção de que a experiência estadual tem sido eficaz na busca de soluções articuladas, que objetivam garantir o direito fundamental à educação, duramente impactada pela pandemia da Covid-19. "Merece destaque a efetividade e ampliação da produtividade resultante de um espaço de diálogo plural, horizontal e neutro, com a participação de todos. Mostra-se relevante, portanto, que, apesar dos desafios decorrentes das

desigualdades existentes, esse trabalho multissetorial revista-se de alcance nacional, construindo uma diretriz imprescindível para o fortalecimento da educação pública", afirmou. (Texto: Cristina Rosa / Assessoria de Comunicação Social do MP-GO, com informações da Diretoria de Comunicação do **TCE**-GO)

Site: http://www.mpgo.mp.br/portal/noticia/articulacao-para-enfrentamento-da-pandemia-na-educacao-em-goias-e-referencia-para-proposta-nacional

A extinção do Tribunal de Contas dos Municípios: qual a real economia para o Estado?

Por Tiago Ducatti de Oliveira e Silva

A existência do **Tribunal de Contas dos Municípios do Estado de Goiás** - TCM/GO será submetida a nova provação na Assembleia Legislativa do Estado de **Goiás** - **ALEGO**. Foi noticiada a provável propositura de emenda à Constituição Estadual para que o TCM seja extinto, sob a alegação de que o órgão seria desnecessário e inexistente em outros entes da federação.

De início, deve-se advertir: a pergunta do título não será respondida por este artigo. Na verdade, ela é endereçada aos integrantes do Legislativo estadual. A discussão sobre a extinção do TCM/GO é politicamente válida e deve ser levada adiante. Contudo, para que se demonstre o interesse público na sua manutenção ou extinção, fica claro que deve se pautar por critérios técnicos, suficientes e capazes de demonstrar: ou a melhor eficiência no desempenho de suas funções, caso seja mantido; ou a economia a ser gerada para o Estado, caso se opte por sua extinção.

A divisão dos órgãos de controle externo em cortes de contas estaduais e municipais é de fato minoritária na Federação, opção que subsiste apenas nos estados da Bahia, Pará e **Goiás**, tendo em vista a extinção do TCM do estado do Ceará em 2017. Em acréscimo, existem também o tribunal de contas do município de São Paulo e o do município do Rio de Janeiro, criados antes da Constituição de 1988, que proibiu a criação de novas cortes ou conselhos de contas municipais.

Apesar de ser prática pouco adotada, cumpre ao Legislativo demonstrar qual real vantagem advirá da extinção do TCM/GO, e, nesse ponto, importante esclarecer que não se faz uma defesa do órgão, apenas um apelo para que o debate político não fique apenas na superfície e em pretensos acenos a uma pauta liberal de diminuição estatal. A despeito de ser política, a atividade legislativa não prescinde de substância.

Em um primeiro momento, presume-se como vantagem a economia e o corte de despesas públicas, no entanto, é imprescindível sua demonstração contábil, principalmente sabendo que, conforme determinação constitucional, todos os servidores estáveis, continuarão recebendo seu subsídio, ainda que postos em disponibilidade. O cenário mais provável é a absorção desses servidores pelo **Tribunal de Contas do Estado de Goiás** - **TCE**/GO, que também assumiria o dever de fiscalizar aos 246 municípios do estado.

Ante a cumulação das funções no **TCE**/GO, surge novo questionamento: o tribunal será capaz de exercer ambas funções com eficiência? Antes de considerar uma resposta, relevante saber que ainda tramitam processos de fiscalização relacionadas a convênios da área da saúde firmados em 2004. Nada obstante, essa questão se mostra imprescindível ante as recentes alterações na legislação de licitações, que demandarão um controle externo cada vez mais atento, em especial, quanto às dispensas e inexigibilidades.

Ademais, a nova competência não gerará uma demanda pela criação de novos cargos? Tal demanda seria suprida por cargos em comissão? E para qual cargo seriam aproveitados os conselheiros do TCM? Nesse último questionamento, cumpre ressaltar que o desafio seria ainda maior, posto que os conselheiros também seriam colocados em disponibilidade e não poderia haver criação de novos cargos de **conselheiro** no **TCE**/GO.

Dessa forma, caberá ao Legislativo responder a esses e outros questionamentos a fim de garantir que a decisão pela manutenção ou pela extinção do TCM/GO será tomada visando o interesse público e não interesses pessoais que favoreçam o descontrole da Administração Pública.

* Thiago Duacatti é advogado e professor de Direito Administrativo da Uniaraguaia, ex-assessor do MPC-**TCE**/GO e da PGM **Goiânia**, mestre e bacharel em Direito pela UFG

Site: https://www.dm.jor.br/opiniao/2021/04/a-extincao-do-tribunal-de-contas-dos-municipios-qual-a-real-economia-para-o-estado/

Articulação para enfrentamento da pandemia na educação em Goiás é referência para proposta nacional

Marina Remy

A bem-sucedida experiência do Gabinete de Articulação para Enfrentamento da Pandemia na Educação Pública (Gaepe) goiano, do qual o Ministério Público de **Goiás** (MP-GO) é um dos integrantes, está sendo uma das referências para que a iniciativa seja estendida em nível nacional, com a instalação do Gaepe Brasil no dia 26 de abril. A novidade foi informada pelo coordenador do Comitê Técnico da Educação do Instituto Rui Barbosa (CTE-IRB), Cezar Miola, durante oficina promovida pelo Gaepe-GO na manhã desta sexta-feira (9/4).

O encontro foi aberto pelo **conselheiro** do Tribunal de Contas dos Municípios (TCM-GO) Fabrício Motta, um dos coordenadores do Gaepe-GO, e pelo presidente do Conselho Nacional dos Presidentes dos Tribunais de Contas, **conselheiro** Joaquim de Castro, que ressaltaram a importância do diálogo cooperativo para que todos possam contribuir efetivamente para uma educação de qualidade.

A experiência do Gaepe-GO foi apresentada pela promotora de Justiça Cristiane Marques, coordenadora da Área da Infância, Juventude e Educação do MP-GO, e pela procuradora-geral de Contas junto ao **Tribunal de Contas do Estado de Goiás** (**TCE**-GO), Maísa de Castro. Para Cristiane Marques, é impressionante a produtividade de um ambiente plural, horizontal e neutro, contribuindo para uma participação de todos, com liberdade de discussão e construção conjunta por meio de uma multiplicidade de olhares.

Maísa de Castro, por sua vez, apontou 12 ações viabilizadas no âmbito do Gaepe-GO. Algumas delas foram a produção de material informativo (folders e cartilhas) para explicar as propostas do gabinete, recomendações para utilização de parcela do auxílio financeiro federal na educação, pesquisas das dificuldades encontradas pelas prefeituras, planilha orientativa para protocolos de volta às aulas presenciais, eventos e capacitações para gestores, e nota técnica propondo a priorização dos profissionais da educação na vacinação contra a Covid-19.

Desafios

Esses gabinetes, atualmente instalados nos Estados de **Goiás**, Rondônia e Mato Grosso do Sul, são instâncias de diálogo que articulam os atores relacionados à política pública de educação para garantir a tomada de decisões eficazes e ágeis no enfrentamento à pandemia.

O encontro foi encerrado com as projeções para a instituição do Gaepe em âmbito nacional. O professor Saulo Coelho, da Universidade Federal de **Goiás** (UFG), explicou que o Programa de Pós-Graduação em Direito e Políticas Públicas da instituição dará apoio técnico e operacional para a iniciativa, estudando e avaliando as boas práticas e resultados na área da educação que possam ser replicadas em todo o Brasil e, no futuro próximo, até em outras importantes áreas.

Alessandra Gotti, do instituto Articule, e Fabrício Motta destacaram os desafios para a implantação do Gaepe Brasil, uma vez que terão de ser enfrentados problemas estruturais como as desigualdades regionais, sociais e educacionais, que geram questões como a falta de conectividade para a maioria dos lares brasileiros e uma imensa evasão escolar.

Para a promotora Cristiane Marques, a instalação do Gaepe Nacional confirma a percepção de que a experiência estadual tem sido eficaz na busca de soluções articuladas, que objetivam garantir o direito fundamental à educação, duramente impactada pela pandemia da Covid-19. "Merece destaque a efetividade

e ampliação da produtividade resultante de um espaço de diálogo plural, horizontal e neutro, com a participação de todos. Mostra-se relevante, portanto, que, apesar dos desafios decorrentes das desigualdades existentes, esse trabalho multissetorial revista-se de alcance nacional, construindo uma diretriz imprescindível para o fortalecimento da educação pública", afirmou. (Texto: Cristina Rosa / Assessoria de Comunicação Social do MP-GO, com informações da Diretoria de Comunicação do **TCE**-GO)

fonte: https://www.mpgo.mp.br/portal/noticia/articulacao-para-enfrentamento-da-pandemia-na-educacao-em-goias-e-referencia-para-proposta-nacional#.YHCxIZNKii4

Site: https://www.jornalhoraextra.com.br/noticias/24325-articulacao-para-enfrentamento-da-pandemia-na-educacao-em-goias-e-referencia-para-proposta-nacional/

Aconteceu no IRB - 09.04

Aconteceu no IRB - 09.04

Ações do Comitê Técnico de Educação do IRB (CTE-IRB) repercute na mídia

Recentemente as orientações realizadas no Âmbito do Comitê Técnico de Educação do IRB, que contaram com o apoio das entidades do Controle Externo tiveram destaque em dois veículos de comunicação: GZH e Folha de São Paulo . Confira trechos abaixo:

Desafios da educação pública na pandemia passam por aprimorar o ensino remoto - Camila Kosachenco

(.) Para tentar estancar esse problema, o Instituto Rui Barbosa (IRB), por meio do seu Comitê Técnico da Educação (CTE), emitiu, ao longo da pandemia, uma série de documentos e notas técnicas com recomendações para os municípios. Nos textos, foram tratados temas como distribuição da merenda escolar, cuidados com a privacidade dos dados exigidos por algumas plataformas, priorização dos professores na vacinação contra a covid-19 e também a busca ativa que, simplificadamente, significa ir atrás de crianças e adolescentes que romperam os vínculos com a escola. (.)

Publicado em 31/03/2021 em gauchazh.clicrbs.com.br .

MEC deixa sistema do Fundeb fora do ar e impede cadastro de conselhos de fiscalização - Paulo Saldaña

(.) Recentemente o Comitê Técnico da Educação do Instituto Rui Barbosa (CTE-IRB) orientou os Tribunais de Contas a acompanharem a instalação e as condições de atuação desses novos conselhos. O CTE-IRB congrega os Tribunais de Contas do país.

"A lei que regulamentou o Fundeb prevê que os órgãos de controle, em conjunto com o MEC, passem a capacitar os membros dos conselhos, dotando essas estruturas de ferramentas capazes de efetivar o controle dos repasses", disse o presidente do comitê técnico de educação do IRB, Cezar Miola (.)

Publicado em 31/03/2021 em folha.uol.com.br .

Saiba mais sobre as notas técnicas e ações do CTE-IRB aqui: https://projetoscte.irbcontas.org.br/

Hotsite CNPTC de monitoramento da vacinação é apresentado para Rede de Comunicação dos TCs/IRB/Atricon

Nessa segunda-feira (05) a Rede de Comunicação dos Tribunais de Contas, IRB e Atricon reuniram-se para apresentar os novos integrantes das cinco regiões do Brasil, em respeito ao rodízio estabelecido entre as assessorias, além da apresentação do HotSite da Covid do CNPTC, o portal com as ações adotadas pelos Estados e municípios em relação ao plano de vacinação e as ações de controle dos TCs.

O hotsite, cujo propósito principal é mapear o planejamento e a execução da imunização nos municípios do Brasil, além de possibilitar a transparência dos planos de vacinação e o compartilhamento de ações entre os TCs, já está acessível - porém ainda não finalizado - e o lançamento oficial acontecerá nos próximos dias. O portal visa ser uma referência do trabalho dos Tribunais, que acompanham tanto a elaboração como a execução dos planos de vacinação em municípios. Acesse o Hotsite aqui .

Durante a reunião da Rede das assessorias de comunicação IRB/Atricon, que mobiliza todos os Tribunais de Contas na consolidação de pautas nacionais, os membros também deram continuidade à discussão dos temas relevantes, sendo algumas deles a Ação de fiscalização da Vacinação do **TCE**-ES, que foi aprovada pelo pleno, com os apontamentos de má utilização, acondicionamento e destinação das vacinas e insumos para a Covid-19; a Nova lei de licitações, sancionada pelo governo federal; o Novo Fundeb e a Previdência na educação, que foi abordada na Nota técnica do CTE-IRB a respeito da fiscalização da aplicação dos recursos

obrigatórios da Educação. ; o acompanhamento dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) pelos Tribunais de Contas; Uso de satélites para fiscalizar obras públicas e exemplos de tecnologia no controle externo (**TCE**-PR).

Rede + Brasil se reúne com o Comitê Técnico da Educação do IRB

Reuniram-se nesta segunda (5) representantes do Ministério da Economia da Rede + Brasil com o Instituto Rui Barbosa, por meio do Comitê de Educação, para ver as formas de cooperação na Rede e Plataforma + Brasil. Recentemente, o Ministério da Educação aderiu à Rede para compartilhar dados das transferências realizadas pela União. Inicialmente está sendo compartilhado os dados do PAR, mas já há previsão de que os dados relacionados às obras da educação, transferências do PNE, PNAT e outras formas de transferências realizadas pela União.

"O trabalho em rede consegue alcançar a máxima efetividade. Daí a importância da construção de parcerias", ponderou o Cons. Cézar Miola, Presidente do Comitê de Educação do IRB.

Segundo Regina Lemos de Andrade, "enquanto órgãos centrais, o Ministério da Economia tem a missão de criar ferramentas para auxiliar a gestão. A ferramenta tem que ser parametrizada e criada em conjunto". Por isto, a importância da Plataforma + Brasil e o compartilhamento de dados entre os vários sistemas dos órgãos federais, estaduais, distrital e municipais. E, neste processo de integração, o trabalho em rede é fundamental e tem sido feito por meio de uma esteira de parcerias.

Após a apresentação da plataforma + Brasil e das ações do Comitê de Educação, algumas formas de cooperação foram delineadas:

Parceria ISC/TCU e IRB oferece vagas para pós graduação em Análise Econômica do Direito

No âmbito do Acordo de Cooperação Técnica com o Instituto Serzedello Corrêa (ISC), escola corporativa do Tribunal de Contas da União (TCU), foram reservadas 5 (cinco) vagas para a pós graduação de Análise Econômica do Direito a serem distribuídas pelo IRB.

A Especialização é composta por três módulos, com carga horária total de 360h, mais 40h para elaboração de trabalho de conclusão de curso, totalizando 400h.

O módulos contam com as disciplinas a seguir:

a) Módulo 1 - Formação Fundamental (120h):

- Introdução à Microeconomia e Conceitos Econômicos Básicos 36h;

- Economia Institucional, Setor Público e Desenvolvimento Econômico 36h;

- Metodologia de Pesquisa e Elaboração de Projeto 40h; e,

- Metodologia da Análise Econômica do Direito 12h.

b) Módulo 2 - Formação Básica (144h):

- Análise Econômica da Propriedade 24h;

- Análise Econômica dos Contratos 24h;

- Análise Econômica da Responsabilidade Civil 24h;

- Análise Econômica do Processo Judicial/Administrativo 24h;

- Análise Econômica dos Crimes e Penas 24h; e,

- Economia Comportamental 24h.

c) Módulo 3 - Formação complementar (96h):

- Análise Econômica do Controle e da Corrupção 24h;

- Análise Econômica da Fiscalização de Obras Públicas e Leilões 24h;

- Análise do Comportamento Judicial, Consequências das Decisões Judiciais e Noções de Jurimetria 24h;

- Avaliação de Políticas Públicas 24h;

- Análise Econômica do Direito Constitucional, Tributário, Financeiro, Concorrencial e do Trabalho 24h;

- Estatística Aplicada 24h; e,

- Direito Regulatório 24h. "

Para mais informações, entre em contato com a Escola de Contas do seu Tribunal de Contas.

Rede +Brasil apresenta o Cadastro Padronizado de Projetos de Infraestrutura

Com o objetivo de buscar parcerias e ações em cooperação entre o IRB e Ministério da Economia na Rede + Brasil, nesta quarta (7) foi apresentado ao IRB, por meio do Comitê de PPP e auditores de controle externo convidados, o Sistema sobre cadastro de Projetos de Investimento da Plataforma + Brasil.

A apresentação foi feita por Regina Lemos de Andrade que trabalha na área de transferências voluntárias do Ministério da Economia e é responsável pela Plataforma + Brasil e Rede + Brasil.

O Cadastro dos projetos de infraestrutura iniciou com um grupo de trabalho que, buscando cumprir recomendação do TCU de criar um cadastro de obras, iniciou ações em rede para levantar normas, sistemas existentes, parceiros para a construção destes cadastros. Por meio de série de oficinas houve a construção colaborativa deste cadastro de obras que tem por objetivo de ser tanto uma ferramenta de captação dados e informações, mas um meio de padronização de normas sobre obras públicas.

Em 2015, a União iniciou um trabalho de ampliar este cadastro de obras para captar informações adicionais como georrefenciamento e outras, de forma que o Decreto 10.496/2020 criou oficialmente do CIPI - Cadastro Integrado de Projetos de Investimentos. A Portaria 25.405/2020 regulamenta o CIPI e trouxe padronização conceitual. O CIPI capta informações de todos os tipos de obras

Atualmente, o desenvolvimento do sistema é feito de forma híbrida pelo CGU, SERPRO, Ministério da Economia, utilizando metodologia e recursos colaborativos. O grande diferencial é que o CIPI tenha integração com sistemas que já existem para evitar retrabalho. O objetivo era de que o CIPI não criasse mais demandas operacionais de alimentação do sistema, daí a solução de priorizar integração entre sistemas já existentes.

O CIPI não é só um centralizador de informações de sistemas. Ele gera um identificador único de cada projeto de investimento cadastrado. Assim, com este ID único, composto de um número sequencial, do código da UF do IBGE e números randômicos. Assim, as informações ficam personalizadas. Para os órgãos que não tem sistema de gerenciamento de obras, foi desenvolvida ferramenta de alimentação manual no CIPI, via front.

Todos os dados que o CIPI possui são refletidos em dados gerenciais, acesso ao cidadão, e outras ferramentas úteis a todos os parceiros.

O CIPI também possui ferramentas para bloqueio de empenhos e para evitar registro de duplicidades, via georreferenciamento de obras. Os órgãos ainda estão evolução na implantação de melhorias de acompanhamento de obras, inclusive no georreferenciamento. Alguns órgãos usam o shape para georreferenciamento.

Agora, o CIPI está evoluindo para, até setembro, implementar informações sobre execução das obras e informações ao cidadão. O objetivo é concentrar no CIPI todos os dados da obra, e depois estudar formas de conectar os relatórios com outras plataformas, como conectagov, gestão de ativos, fala.br , BIM, etc.

Após estas entregas, há a intenção de se buscar mais integrações de outros sistemas, inclusive sistemas dos Tribunais de Contas.

Além do CIPI, a Plataforma + Brasil possui diversos outros canais, diversos dados, formas de interação que vem sendo construído pela Rede + Brasil da qual o IRB passará a integrar. Na Rede + Brasil, pela parceria, será permitido ao Controle Externo ter acesso aos dados para serem usados nas fiscalizações. Além disto, o Controle Externo também contribui para validação dos dados e fomento do uso pelos Estados e Municípios.

O IBRAOP, associação criada por auditores e membros do Controle Externo para buscar aperfeiçoar auditorias em obras públicas, colaborou muito na construção dos normativos do CIPI e, enquanto rede, também vai construir junto com IRB e ATRICON ações. "Uma das metas do IBRAOP é buscar um sistema integrado e consolidados de todas as obras públicas no Brasil", falou Anderson Uliana Rolim, Presidente do IBRAOP.

Saiba mais aqui .

Início do Módulo I do Curso de Auditoria Financeira IRB-CFC

Após a grande palestra de lançamento, o Conselho Federal de Contabilidade (CFC), IRB e IBRACON transmitiram, nos dias 7 e 8 de abril, o curso "Auditoria no Setor Público (NBASP e NBC TASP) - Módulo I - Contextualização".

Os interessados poderão assistir às aulas por meio do canal do CFC no YouTube, das 8h30 às 12h30. A iniciativa faz parte de um ciclo de capacitação, voltado para servidores dos Tribunais de Contas (TCs) de todo o país, nas Normas Brasileiras de Contabilidade Técnicas de Auditoria de Informação Contábil Histórica Aplicável ao Setor Público (NBASP e NBC TASP), editadas pelo CFC.

Entre os assuntos abordados, estão temas como o que é auditoria, auditoria no setor público e no setor privado, comparativo das normas da Intosai (IRB) e da Ifac (CFC), auditoria no setor público - princípios da NBASP/ISSAI 100, auditoria financeira e auditoria de informação contábil histórica, objetivo do trabalho, termos do trabalho e princípios gerais (controle de qualidade, comunicação e documentação).

Para acessar o canal do CFC no YouTube, clique aqui .

IRB e ATRICON formalizam patrocínio e apoio ao Fórum Nacional do Instituto Nacional de Altos Estudos em Economia

Com objetivo de difusão das ações do Controle Externo perante economistas, sociólogos e cientistas políticas do país, o IRB e ATRICON firmam patrocínio e apoio ao Fórum Nacional do Instituto Nacional de Altos Estudos.

O Fórum Nacional é a associação dos principais economistas, sociólogos e cientistas políticos do país, iniciada em 1988 com a finalidade de oferecer propostas concretas para a modernização da sociedade brasileira. Em 1991, o Fórum Nacional foi formalizado e adquiriu permanência, com a criação do Instituto Nacional de Altos Estudos - INAE, sociedade civil sem fins lucrativos (acesse o site do INAE: https://www.inae.org.br/).

Há 33 anos o INAE promove Fóruns Nacionais, Fóruns Especiais, Fóruns Extras e Fóruns Exclusivos para debater as grandes questões nacionais, além da publicação de Livros, Revistas e Estudos.

Em 2020, por exemplo, os Fóruns debateram temas relacionados ao crescimento econômico do Brasil após a pandemia, incluindo questões na área da previdência e crise financeira estadual e municipal, integração do transporte ferroviário e portuário, recuperação de investimentos em infraestrutura, gestão macroeconômica e

finanças públicas.

Neste ano, o Controle Externo participará dos debates nos seguintes eventos:

IEGM poderá ser utilizado pela Plataforma + Brasil

O Ministério da Economia - coordenador da Rede + Brasil e o IRB estão promovendo uma série de reuniões para debater formas de ação em conjunto. Nesta quinta (8), o IRB apresentou a metodologia do IEGM e o Ministério da Economia apresentou o painel de indicadores da Plataforma + Brasil.

A aproximação das entidades visa a utilização do IEGM no painel de indicadores da Plataforma e, com isto, ampliar o uso do indicador para ser usado por gestores públicos, pelo controle externo e por toda a sociedade.

Saiba mais sobre a Plataforma + Brasil aqui.

Reunião Comitê Gestão da Informação - Bibliocontas

Nessa quinta (08) também aconteceu a Reunião do Comitê de Gestão da Informação e a Rede Bibliocontas, sobre a renovação do Contrato com a ABNT, o Hotsite Covid do CNPTC, Tesauro de Contas Nacional (TCN), entre outros assuntos do Comitê.

Lembrando que o prazo para submissão de artigos científicos para a Revista Técnica dos Tribunais de Contas (RTTC) vai até 30 de abril. A revista será lançada no VII Congresso Internacional de Controle e Políticas Públicas e II Congresso Internacional dos Tribunais de Contas.? Saiba mais clicando abaixo:

Workshop discute Práticas, Inovações e Aprendizados de Articulação: Experiências dos GAEPES-RO e GO e do CAEPE-MS

Nesta sexta, a partir das 8h30, aconteceu o evento online Práticas, Inovações e Aprendizados de Articulação: Experiências dos GAEPES RO e GO e do CAEPE-MS. O evento on-line teve coordenação geral do professor Saulo Coelho (UFG), da presidente do Instituto Articule, Alessandra Gotti e do **conselheiro** Fabrício Motta.

A capacitação foi transmitida ao vivo pelo canal do TCMGO no YouTube é uma organização do TCM de **Goiás**, em conjunto com o Programa de Pós-graduação em Direito e Políticas Públicas, Articule, Comitê Técnico da Educação do IRB e **TCE**-GO.

Acesse a transmissão completa no link .

Site: https://irbcontas.org.br/aconteceu-no-irb-09-04/